

A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui?¹

The structural crisis in the world-system: where do we go from here?

IMMANUEL WALLERSTEIN*

RESUMO: O TEXTO ABORDA AS QUESTÕES FULCRAIS DA TEORIA DO SISTEMA MUNDO RELACIONANDO-AS COM A PRESENTE CRISE SISTÊMICA, QUE SUGERE PODER SER UMA CRISE TERMINAL. O ARTIGO CONSIDERA QUE QUAISQUER ALTERNATIVAS À PRESENTE SITUAÇÃO SE INSCREVEM NECESSARIAMENTE OU NO QUE CHAMA O “ESPÍRITO DE DAVOS”, APRESENTADO COMO UMA TENTATIVA PROVAVELMENTE INCONSEQUENTE DE REFORMAR O PRESENTE, OU NO “ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE”, QUE APONTA NO SENTIDO DE UMA ECONOMIA MUNDO MAIS JUSTA E EQUITATIVA.

ABSTRACT: THE TEXT DISCUSSES THE MAJOR CHARACTERISTICS OF THE WORLD SYSTEM APPROACH IN ITS DIRECT APPLICATION TO THE PRESENT SYSTEMIC CRISIS, WHICH CAN BE TERMINAL. THE ARTICLE CONSIDERS THEN THE PRESENT ALTERNATIVES TO THE SITUATION CONCEIVED AS WHAT IS CALLED THE “SPIRIT OF DAVOS”, A PROBABLY INCONSEQUENTIAL ATTEMPT OF REFORMING THE PRESENT, AND THE “SPIRIT OF PORTO ALEGRE”, AN ALTERNATIVE FOR A BETTER, MORE JUST AND MORE EQUAL WORLD-ECONOMY.

PALAVRAS-CHAVE: ECONOMIA-MUNDO, CRISE MUNDIAL, HISTÓRIA, POLÍTICA, DAVOS, PORTO ALEGRE.

KEYWORDS: WORLD-ECONOMY, WORLD CRISIS, HISTORY, POLITICS. DAVOS, PORTO ALEGRE.

1. Comunicação apresentada na Conferência “Crise Global: Repensando Economia e Sociedade”, Universidade de Chicago, Dezembro de 2010. Palestra “Entendendo a crise historicamente”.

* Universidade de Yale, New Haven, Connecticut, Estados Unidos. E-mail: immanuel.wallerstein@yale.edu

Escrevi já por diversas vezes sobre a crise estrutural no sistema-mundo. Um dos meus mais recentes escritos sobre este tema foi publicado pela *New Left Review*. (WALLERSTEIN, 1998 e 2010, p. 133-142) Por isso neste texto apresentarei apenas a minha posição sem a discutir em detalhe. Farei isso através de um conjunto de premissas que, eu sei, nem toda a gente aceita. Mas elas constituem o enquadramento teórico que uso para definir onde estamos no momento presente. Será também com base nesse enquadramento que me proponho discutir a questão “para onde vamos a partir daqui?”.

A premissa número 1 é que todos os sistemas – do Universo astronómico ao mais insignificante dos fenómenos físicos e incluindo, obviamente, os sistemas sócio-históricos – são sistemas “vivos”. Eles nascem num determinado momento e nós precisamos explicar esse surgimento. Eles têm vidas “normais” cujas regras precisam ser compreendidas. A maneira como essas vidas “normais” evoluem com a passagem do tempo, tende a colocá-las cada vez mais longe de equilíbrio até ao ponto em que entram numa crise estrutural que, mais cedo ou mais tarde, faz com que deixem de existir.

A evolução das vidas “normais” dos sistemas deve ser analisada em termos de ritmos cíclicos e de tendências seculares. Os ritmos cíclicos são formados por oscilações sistémicas (de crescimento ou contração, de expansão ou recessão, etc.) que reflectem a tendência regular do sistema para voltar sempre ao seu ponto de equilíbrio. Mas este é um equilíbrio que se desloca: ao fim de cada contração o sistema não regressa precisamente ao mesmo ponto anterior de equilíbrio, ao ponto em que se encontrava no início da expansão precedente. Isto é devido às tendências seculares do sistema. Quando ascendentes e de longa duração, estas tendências exprimem crescimento das componentes do sistema. São elas que determinam o aumento lento e ascendente das trajectórias traçadas por essas componentes sistémicas, medidas ou quantificadas em termos percentuais.

Eventualmente, essas tendências seculares obrigam o sistema a aproximar-se cada vez mais das suas assíptotas fazendo com que se torne incapaz de continuar a sua ascendência regular. Consequentemente o sistema começa a oscilar de forma repetida e cada vez mais desordenada o que leva a uma bifurcação – quer dizer: a uma situação em que o equilíbrio estável não pode ser mantido e que, portanto, se torna cada vez mais caótica. Nesta situação há duas possibilidades divergentes de recriar a ordem a partir do caos, isto é, um

novo sistema estável. Podemos designar este período como sendo de crise estrutural do sistema. Nele se trava uma batalha generalizada, que nos sistemas sócio-históricos é uma batalha política, para que um de dois resultados alternativos possíveis seja colectivamente “escolhido”.

A premissa número 2 descreve as mais importantes características da operação da economia-mundo capitalista para o sistema sócio-histórico. O incentivo motriz dos capitalistas e, também, o seu objectivo definidor num sistema capitalista, é a sucessiva e infindável acumulação de capital onde quer e como quer que a acumulação possa ser feita. Essa acumulação resulta da apropriação de mais valia e isto precipita a luta de classes.

Uma adequada acumulação de capital só é possível quando uma firma ou um grupo de firmas possui um quase monopólio de produção na economia-mundo. A posse desse quase monopólio depende do apoio activo de um (ou mais) Estados. Nós chamamos indústrias dominantes a esses quase monopólios. As ligações que eles podem gerar, quer a montante quer a juzante dessas indústrias dominantes, são consideráveis. Com o tempo, porém, esses quase monopólios tornam-se autodestrutivos porque novos produtores (atraídos pelos altos níveis de lucro) são capazes, de uma ou de outra maneira, de penetrar no mercado reduzindo conseqüentemente o alto grau de monopolização existente. A crescente competição reduz os preços de venda, mas reduz também o nível de lucro e, por conseguinte, a possibilidade de uma acumulação significativa de capital. Nós podemos caracterizar a relação entre actividades produtivas monopolistas e actividades competitivas como sendo uma relação centro-periferia.

A existência de quase monopólios permite a expansão da economia-mundo em termos de crescimento, gerando também benefícios que são concedidos de cima para baixo a largos sectores populacionais do sistema-mundo. O colapso do quase monopólio leva a uma estagnação de todo o sistema que reduz o interesse dos capitalistas em acumular através de empreendimentos produtivos. Aquelas que até então eram as indústrias dominantes são transferidas para outras zonas geográficas onde os custos de produção são menores, sacrificando crescentes custos de transacção a custos de produção mais baixos (nomeadamente no que diz respeito a salários). Os países para onde essas indústrias são transferidas consideram essa deslocalização como “desenvolvimento”, mas, na realidade, eles não são mais do que recipientes de operações que foram produtivas no centro, mas que deixaram de o ser. Entretanto o

desemprego cresce nas zonas de origem, gradualmente abandonadas, dessas indústrias deslocalizadas enquanto as anteriores vantagens e os benefícios de cima para baixo são invertidos, parcialmente invertidos.

Este processo cíclico pode ser e é muitas vezes descrito como sendo formado por ciclos Kondratieff de longa duração. Historicamente, cada um destes ciclos com o seu princípio, meio e fim dura em média entre 50 e 60 anos. (WALLERSTEIN, 2011, vol. 3) Estes ciclos têm ocorrido regularmente ao longo dos últimos 500 anos. Uma consequência sistémica é a lenta, mas constante modificação na localização das zonas mais favorecidas economicamente sem que, todavia, mude a sua extensão.

Um segundo muito importante ritmo cíclico da economia-mundo capitalista envolve o sistema interestatal. Teoricamente, todos os Estados do sistema-mundo são soberanos, mas, na realidade, eles são altamente constrangidos pelos processos do sistema interestatal. Como alguns Estados são mais fortes do que outros, isso significa que eles têm um maior controle sobre a fragmentação interna e a intervenção externa. Porém, não existem Estados totalmente soberanos.

Num sistema de múltiplos Estados verificam-se ciclos de longa duração durante os quais um dos Estados assume, por um período relativamente curto, o poder hegemónico. Ser um poder hegemónico é alcançar um quase monopólio de poder geopolítico no qual o Estado em questão pode impor as suas regras, a sua ordem no sistema como um todo de maneira a favorecer a maximização da acumulação de capital a favor de empresas localizadas no interior das suas fronteiras.

Conquistar a posição de poder hegemónico não é fácil e ela só foi realmente assumida por três vezes nos 500 anos de história do moderno sistema-mundo: as Províncias Unidas em meados do século XVII, o Reino Unido em meados de século XIX e os Estados Unidos em meados do século XX. (cf. WALLERSTEIN, 2011, vol. 2)

O exercício pleno de hegemonia não tem em média durado mais do que 25 anos. Como os quase monopólios das indústrias dominantes, os quase monopólios de poder geopolítico são autodestrutivos. Outros Estados aumentam as suas posições económicas, seguidas por posições políticas e culturais, e tornam-se menos dispostos a aceitar a “liderança” do poder hegemónico que está a deixar de o ser.

A premissa número 3 consiste numa leitura do que sucedeu no sistema-mundo moderno entre 1945 e 2010. A cronologia que uso considera que houve dois períodos: entre 1945 e 1970, aproximadamente; e entre 1970, aproximadamente, e 2010. Mais uma vez, esta é uma síntese do que anteriormente já argumentei em detalhe. O período entre 1945 e cerca de 1970 foi de grande expansão da economia-mundo, constituindo de longe a fase A mais expansiva de um ciclo Kondratieff na história da economia-mundo capitalista. Quando os quase monopólios foram violados, o sistema-mundo entrou numa fase B de declínio do ciclo Kondratieff, na qual ainda se encontra. Como era de esperar, desde os anos setenta do século passado que os capitalistas mudaram os seus interesses da arena produtiva para a arena financeira. O sistema-mundo entrou então na mais extensa série de contínuas bolhas especulativas, que coincide com o mais elevado nível de múltiplos endividamentos na história do sistema-mundo moderno.

O período entre 1945 e os anos 1970 foi também um período de hegemonia política dos Estados Unidos no sistema-mundo. Logo que os Estados Unidos fizeram um acordo com a União Soviética, o único Estado que militarmente os podia confrontar – um acordo retoricamente chamado Yalta, a sua hegemonia tornou-se indisputável. Mas, depois, quando esse quase monopólio geopolítico foi quebrado, os Estados Unidos entraram num período de declínio hegemónico que, inicialmente lento, se acelerou durante a presidência de George W. Bush (cf. WALLERSTEIN, 2007). A hegemonia dos Estados Unidos foi a mais extensa e completa de todas as hegemonias do sistema-mundo. Mas, o seu declínio promete ser não só o mais completo como o mais rápido de todas elas.

Este quadro não seria completo sem um outro elemento: a revolução mundial de 1968 que ocorreu entre 1966 e 1970 em todas as três mais importantes zonas geopolíticas do sistema-mundo de então: o mundo pan-europeu ou o “Ocidente”; o bloco socialista ou o “Leste”; e o Terceiro Mundo ou o “Sul”. (cf. WALLERSTEIN, 1989; ARRIGHI *et* HOPKINS, 1992)

Há dois elementos comuns nestes levantamentos políticos locais. O primeiro é a condenação colectiva tanto da hegemonia dos Estados Unidos como do conluio soviético com os Estados Unidos. O segundo é a rejeição do “liberalismo centrista” dominante, mas, também, do facto de que os movimentos antisistémicos tradicionais (a “Velha Esquerda”) tinham se tornado,

essencialmente, avatares do liberalismo centrista, tal como sucedia com os movimentos conservadores convencionais. (cf. WALLERSTEIN, 2011)

Embora os acontecimentos de 1968 não tenham durado muito tempo, verificaram-se duas consequências principais na esfera político-ideológica. O liberalismo centrista viu terminado o seu longo reinado (1848-1968) como única posição política legítima e tanto a esquerda radical como a direita conservadora reassumiram seus papéis como competidores ideológicos autónomos no sistema-mundo.

A segunda consequência para a esquerda foi o fim da legitimidade da afirmação, segundo a qual, a velha esquerda se definia como o principal actor político nacional em nome de toda a esquerda à qual todos os outros movimentos se deviam subordinar. Os chamados “povos esquecidos” (mulheres, “minorias” étnicas/ raciais/ religiosas, nações “indígenas”, pessoas de sexualidades não-heterossexuais), assim como aqueles comprometidos com questões ecológicas ou de luta pela paz, afirmaram o seu direito de serem considerados actores principais situados no mesmo nível dos sujeitos históricos dos movimentos antissistémicos tradicionais. Definitivamente, eles rejeitaram a pretensão dos movimentos tradicionais em controlar as suas actividades políticas. E tiveram sucesso nesta reivindicação. A partir de 1968, os movimentos da Velha Esquerda aceitaram aquelas exigências políticas concedendo um estatuto de igualdade às suas exigências em vez de as adiarem para um futuro pós-revolucionário.

Politicamente o que sucedeu depois de 1968 foi também que uma direita mundial revigorada se afirmou mais efectivamente nos seguintes 25 anos do que uma esquerda mundial mais fragmentada. Liderada pelos Republicanos de Ronald Reagan e pelos Conservadores de Margaret Thatcher, a direita mundial transformou o discurso global e as prioridades políticas. A palavra “globalização” substituiu como palavra da moda a anterior palavra “desenvolvimento”. O chamado Consenso de Washington pregou a necessidade de privatização das empresas produtivas do Estado, a redução de despesas do Estado, a abertura das fronteiras à entrada não controlada de mercadorias e de capital, e a orientação da produção para a exportação.

Os principais objectivos foram de inverter todos os ganhos alcançados pelos extratos sociais de base durante o período A de expansão do ciclo Kondratieff. A direita mundial procurou reduzir todos os principais custos de

produção, destruir o estado de bem-estar em todas as suas versões e abrandar o declínio do poder dos EUA no sistema-mundial.

A senhora Thatcher cunhou a palavra de ordem “Não há Alternativa” (“There is No Alternative” ou TINA, na língua inglesa). Para garantir que de facto não houvesse alternativas, o Fundo Monetário Internacional ou FMI, apoiado pelo Tesouro dos Estados Unidos, estabeleceu que a aceitação dessas condições fosse condição imprescindível para qualquer tipo de assistência financeira a países com crises orçamentais.

Estas táticas draconianas funcionaram bem durante cerca de vinte anos. Elas levaram ao colapso regimes liderados pela Velha Esquerda ou à conversão de partidos da Velha Esquerda à doutrina da primazia do mercado. Mas, a partir de meados dos anos 90 do século passado surgiram várias manifestações importantes de resistência popular contra o Consenso de Washington.

Três momentos dessas manifestações são particularmente significativos: o levante neo-Zapatista de Chiapa no dia 1º de Janeiro de 2004; os protestos públicos contra o encontro em Seattle da Organização Mundial do Comércio (WTO) que fez abortar a tentativa de impor constrangimentos mundiais sobre os direitos à propriedade intelectual; e a fundação do Fórum Social Mundial (WSF) em Porto Alegre em 2001.

Tanto a crise da dívida asiática em 1997, como o colapso da bolha especulativa das casas de habitação nos Estados Unidos em 2008 convergem na nossa actual discussão pública sobre a chamada crise financeira do sistema-mundo. Na realidade esta não é senão mais uma na contínua série de crises de débito que se tem verificado desde os anos 70 do século passado.

A premissa número 4 descreve o que sucede numa crise estrutural. Esta é a situação que o sistema-mundo está a viver presentemente, desde os anos 70 do século XX e provavelmente continuará a viver até cerca de 2025. A principal característica de uma crise estrutural é o caos. Caos não é uma situação de acontecimentos totalmente arbitrários. É uma situação de flutuações constantes e cada vez mais rápidas em todos os parâmetros de um sistema histórico. Isto inclui não só a economia-mundo, o sistema interestatal e as trajectórias ideológico-culturais, mas também a existência de recursos vitais, as condições climáticas e a multiplicação de pandemias.

As mudanças constantes e relativamente rápidas das condições imediatas fazem com que mesmo as previsões a curto prazo se tornem muito proble-

máticas para o Estado, empresas, grupos sociais e agregados familiares. A incerteza torna os produtores mais cautelosos sobre a produção porque a existência de consumidores para o que é produzido passa a estar longe de ser uma certeza. Isto origina um círculo vicioso: a redução da produção representa redução de empregos, o que significa menos consumidores, o que determina reduções de produção. A incerteza é agravada por rápidas modificações nas taxas de câmbio entre diferentes moedas de troca.

A especulação de mercado torna-se assim a melhor alternativa para aqueles que possuem recursos. Mas mesmo a especulação requer um nível de garantias a curto prazo que possam reduzir o risco para proporções controláveis. Conforme o nível de risco aumenta, a especulação torna-se quase um jogo de azar no qual há por vezes grandes vencedores, mas, principalmente, grandes perdedores.

Ao nível dos agregados familiares, o grau de incerteza faz com que a opinião pública exija proteção e protecionismo, mas também a procura de bodes espiatórios para a situação e a denúncia daqueles que estão lucrando com ela. A insatisfação popular determina o comportamento dos actores políticos, levando-os às chamadas posições extremas. O aparecimento de extremismo (“o centro não suporta mais nada”) torna as situações políticas tanto de carácter nacional como mundial em situações de impasse.

Há por vezes momentos de folga para alguns Estados ou no conjunto do sistema-mundo, mas estes são momentos que também podem mudar muito rapidamente. Um dos elementos afectando essas folgas são rápidos aumentos no custo dos insumos básicos necessários tanto na vida do dia a dia como para a produção – energia, comida, água, ar respirável. Além disto, os fundos para anular ou pelo menos para diminuir os estragos da mudança climática e das pandemias são insuficientes.

Finalmente, o aumento muito significativo do nível de vida de segmentos das populações dos países agrupados sob a designação BRICS, e de alguns outros mais, na realidade complica o problema da acumulação de capital para os capitalistas porque espalha o acesso à mais-valia. Desse modo, reduzindo os quantitativos disponíveis para o muito reduzido estrato superior da população mundial e seus países. O desenvolvimento das chamadas economias emergentes faz aumentar a pressão sobre os recursos mundiais existentes e, conseqüentemente, a pressão sobre esses países, ameaçando a sua possibilidade de manter o crescimento económico que registaram nos últimos dez

ou vinte anos. A junção de todos estes elementos não origina um quadro agradável de se ver. Leva, também, à pergunta política sobre o que podemos fazer neste tipo de situação. Antes de tentarmos uma resposta, precisamos considerar quem são os actores envolvidos na batalha política.

Numa crise estrutural, a única certeza é que o sistema existente – a economia-mundo capitalista – não pode sobreviver. O que não é possível saber é o que será o sistema que o vai suceder. Podemos considerar que a batalha é entre dois grupos representando o que chamo de “espírito de Davos” e “espírito de Porto Alegre”.

Os objectivos dos dois grupos são totalmente opostos. Os proponentes do “espírito de Davos” querem um sistema diferente – um sistema que poderá ser não-capitalista mas que manterá três características essenciais do actual sistema: hierarquia, exploração e polarização. Os proponentes do “espírito de Porto Alegre” querem um tipo de sistema que nunca existiu até agora e que seja relativamente democrático e relativamente igualitário. Eu chamo “espírito” ou consciência a estas duas posições porque não existem organizações centrais em nenhum dos lados desta luta. Na realidade, os proponentes de cada lado estão profundamente divididos sobre o que devem ser as suas respectivas estratégias.

Os proponentes do “espírito de Davos” estão divididos entre aqueles que advogam o uso de um punho de ferro para esmagar oponentes a todos os níveis e aqueles que pretendem cooptar os proponentes da transformação através de falsos sinais de progresso (tais como o “capitalismo verde” ou “redução da pobreza”).

Mas há também divisões entre os proponentes do “espírito de Porto Alegre”. Há aqueles que querem uma estratégia e uma reconstrução do mundo, horizontal e descentralizada na sua organização, e que insistem, que os direitos dos grupos e dos indivíduos devem ser um elemento permanente num sistema-mundial do futuro. E há aqueles que mais uma vez procuram criar uma nova Internacional que é vertical na sua estrutura e homogeneizante nos seus objectivos de longo prazo.

Este é um quadro político bastante confuso, que é agravado pelo facto de que uma grande parte da actual situação política e seus reflexos através dos *media*, dos fazedores de opinião e da academia, continua a insistir num tipo de discurso, que descreve o presente como não sendo mais do que uma

dificuldade momentânea, passageira num sistema capitalista, que é essencialmente equilibrado. Isto cria um nevoeiro cerrado no qual é difícil debater os verdadeiros problemas. No entanto, nós temos que o fazer. Penso que é importante distinguir entre ação política a curto prazo – o curto prazo sendo os próximos três ou cinco anos no máximo, e ação a médio prazo que fundamentalmente procurará fazer prevalecer o “espírito de Porto Alegre” na batalha para escolher o resultado da presente bifurcação, a nova “ordem que sairá do caos” e que será escolhida colectivamente.

A curto prazo, uma condição deve assumir precedência sobre todas as outras – minimizar a dor. As atuais flutuações caóticas provocam consequências insuportáveis nos Estados mais fracos, nos grupos mais fracos, nos mais fracos agregados familiares em toda a parte do sistema-mundo. Crescentemente endividados, crescentemente carentes de recursos financeiros, os governos em todo o sistema-mundo estão constantemente a fazer escolhas de todos os tipos que têm vindo a multiplicar as reduções e cortes na distribuição de rendimentos. A luta para garantir que os cortes nessa distribuição de rendimentos afecte menos os mais pobres e mais os mais ricos é uma batalha constante. É uma luta que para curto prazo requer que as forças da esquerda escolham o chamado “menor mal”, por detestável que este seja. Como é evidente, é sempre possível discutir qual é o menor mal numa dada situação, mas para curto prazo não há nunca uma alternativa a essa escolha. Mas, o contrário fará com que a dor seja maximizada em vez de minimizada.

A opção para médio prazo é exatamente oposta. Não há um meio-termo entre o “espírito da Davos” e o “espírito de Porto Alegre”. Não há compromissos possíveis. Ou nós teremos um sistema-mundo significativamente melhor (relativamente democrático e relativamente igualitário), ou nós teremos um novo sistema-mundo, que no mínimo será tão mau, mas possivelmente muito pior do que aquele em que vivemos. A estratégia é a de mobilizar apoios em toda a parte, constantemente e de todas as maneiras possíveis, para que a escolha de um novo sistema-mundo seja pelo menos relativamente melhor do que aquele em que vivemos, afastando todas as outras possibilidades. Eu julgo que há uma mistura de táticas que podem nos colocar no caminho certo.

A primeira é que devemos dar grande ênfase a uma análise intelectual séria – não por discussões conduzidas meramente por intelectuais, mas por meio das populações do mundo. Terá de ser uma discussão animada por uma

grande abertura entre todos aqueles que se afirmam inspirados, qualquer que seja a definição que usam, pelo “espírito de Porto Alegre”. Esta parece ser uma recomendação anódina. Mas, a realidade é que nós nunca tivemos essa análise intelectual colectiva e séria no passado e, sem ela, nós não poderemos ter esperança em avançar, muito menos em vencer.

A segunda é a rejeição categórica da definição de objectivos como sendo o desenvolvimento económico substituindo-o por um objectivo de máxima “descomodificação”, que o movimento das nações indígenas das Américas está chamando de “buen vivir”. Isto significa não apenas resistir à enorme pressão do processo de total “comodificação” que tem caracterizado os últimos trinta anos – da educação, de estruturas de saúde, do corpo, da água e do ar – mas também a necessidade de lutar pela “descomodificação” da produção agrícola e industrial. Como fazer isto não é ainda muito óbvio: somente o saberemos depois de colocá-la, extensivamente, em prática.

Uma terceira tática é o esforço para criar autosuficiência local e regional, especialmente desses elementos básicos para as nossas vidas como são comida e habitação. A globalização que queremos não é uma única totalidade baseada na divisão de trabalho, mas uma “alternoglobalização” de múltiplas autonomias que se interrelacionam na procura de um “universalismo universal” que é necessário criar a partir da junção dos múltiplos universalismos existentes. Nós temos que nos opor às pretensões provincianas de alguns universalismos que pretendem na realidade impor-se a todos nós. (cf. WALLERSTEIN, 2006)

Uma quarta tática possível deriva directamente da importância das autonomias. Nós temos que lutar imediatamente contra a existência de bases militares estrangeiras, sejam estas de quem forem, sejam para o que forem e onde quer que se situem. Os Estados Unidos têm a maior colecção de bases militares no mundo. Mas não é o único Estado a possuir bases. Como é evidente a redução de bases permitirá igualmente reduzir a quantidade de recursos mundiais que é gasta em máquinas militares, equipamento e pessoal, permitindo o redireccionamento desses recursos para um melhor uso.

Uma quinta tática que é comum à criação de autonomias locais é a conquista do fim das desigualdades sociais fundamentais baseadas em género, raça, etnia, religião, sexualidades entre outras. Isto se tornou indiscutível para a esquerda mundial, mas será que tem sido realmente uma prioridade para todos nós? Eu penso que não.

Por último e claramente, nós não poderemos esperar um mundo melhor por volta de 2015 se, entretanto, uma das três grandes calamidades pendentes acontecerem: a irrevogável mudança climática, vastas pandemias e guerra nuclear.

Será que esta minha lista é uma inocente criação de táticas irrealizáveis para a esquerda do mundo, para os proponentes do “espírito de Porto Alegre” nos próximos trinta ou cinquenta anos? Eu julgo que não. A única característica encorajadora de uma crise sistêmica é o grau em que ela aumenta a viabilidade de agência individual e colectiva, o que nós chamamos “livre arbítrio”. Num sistema histórico funcionando normalmente, mesmo os grandes esforços sociais são limitados nos seus efeitos pela eficiência das pressões necessárias para voltar a um ponto de equilíbrio. Mas, quando o sistema está longe do equilíbrio, todo e qualquer *input* tem grandes efeitos e a totalidade dos nossos *inputs* – feitos em todos os nano-segundos de todos os nano-espacos, podem somar-se para obrigar a balança da “escolha” colectiva inclinar-se no sentido certo da bifurcação. Contudo, não se somarão inevitavelmente. Seja como for, a constante discussão intelectual do tipo que advogo auxiliar-nos-á a retificar julgamentos errados. O contrário será o sectarismo. Mas, isso não será mais do que uma outra forma de continuarmos a enganar a nós próprios.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. *et* HOPKINS, T. K. 1989, The continuation of 1968. In: *Review*, ano XV, n. 2, p. 221-242, Spring 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1968, revolution in the world-system: theses and queries. In: *Theory and Society*, n. XVIII, p. 431-449, 4th July 1989.
- _____. Crise Estrutural. *New Left Review*, n. 62, p. 133-142, Mar-Abr 2010.
- _____. *European universalism: the rhetoric of power*. New York: The New Press, 2006.
- _____. Precipitate decline: the advent of multipolarity. In: *Harvard International Review*, p. 54-59, Spring 2007.
- _____. *The modern world-system*. Berkeley: University of California Press, 2011. 4 volumes.
- _____. *Utopistics or Historical Choices of the Twenty-first Century*. Nova York: The New Press, 1998.

Recebido em 03 de fevereiro de 2012 e aprovado em 30 de maio de 2012.